



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**Secretaria de Estado da Segurança Pública**

**PROJETO BÁSICO**

**REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS – COPE,  
ARACAJU/SE**

**1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

A Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe – SSP/SE, Órgão integrante do Governo do Estado de Sergipe, apresenta Projeto Básico visando à contratação de serviços de **Reforma e Ampliação Centro de Operações Policiais Especiais – COPE, Aracaju/SE**, localizada no Centro Administrativo Governador Augusto Franco, Rua 15, n.171, Bairro Capucho, Aracaju/SE. CEP: 49081-000.

Neste documento entende-se por:

- CONTRATANTE: Estado de Sergipe por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe.
- CONTRATADA: Empresa contratada para execução da obra.
- FISCALIZAÇÃO: Técnicos credenciados pelo CONTRATANTE para acompanhamento da obra.
- ÓRGÃOS REGULADORES, FISCALIZADORES, CONCESSIONÁRIOS: Órgãos encarregados de normatizar, fiscalizar e aprovar a prestação dos serviços públicos, além da aplicação das leis, decretos, normas e qualquer obrigação legal.
- LEGISLAÇÕES E NORMAS: Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos Estaduais nº 342 de 28/06/2023 e nº 368 de 01/08/2023.

**2 – DO OBJETO**

Este Projeto Básico tem como objetivo definir o conjunto de elementos que nortearão os procedimentos para a contratação de empresa especializada na execução dos serviços de Reforma e Ampliação do Centro de Operações Policiais Especiais – COPE, em Aracaju/SE, sendo parte integrante para o estabelecimento das diretrizes básicas da intervenção no Complexo, que abriga tanto o COPE quanto a Divisão de Inteligência e Planejamento Policial – DIPOL.

**3 – JUSTIFICATIVA**

Os serviços objeto deste Projeto Básico têm amparo legal no inc. XXI do art. 37 da Constituição da República, bem como na Lei Federal n.º 14.133/2021 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Cumprir destacar que a parte estrutural das instalações existentes neste complexo encontra-se gravemente avariada, o que tem causado riscos visíveis de ruína de algumas composições, inclusive de lajes e alicerces, bem como se observa avarias nos sistemas elétricos e hidráulicos, urgindo providências.

Também é oportuno registrar a necessidade de ampliação de algumas instalações, para melhor abrigar as equipes que aqui laboram, destacando que o COPE e DIPOL são unidades estratégicas que atendem a estrutura da Polícia Civil de todo o Estado de Sergipe, atuando no combate aos crimes de repressão qualificada, como roubos a banco, organizações criminosas e tráfico de entorpecentes, sendo necessária uma estrutura adequada que possa abrigar equipes de direção, investigação, equipes operacionais, administrativas e outros setores importantes, como custódia de bens e pessoas, arquivos e setores de treinamento.



## **GOVERNO DE SERGIPE**

### **Secretaria de Estado da Segurança Pública**

Com o transcurso do tempo e reorganização da estrutura da Polícia Civil, o Complexo teve o incremento de equipes e funções, como o abrigo da sede do DISK DENÚNCIA, subordinado diretamente à Direção da DIPOL.

Destaque-se, ainda, a custódia de inúmeros bens apreendidos e de material bélico, utilizado pelas equipes operacionais, além da custódia de presos, exigindo uma estrutura com logística adequada ao seu funcionamento ininterrupto.

Desse modo, a contratação dos serviços objeto deste Projeto Básico, torna-se imprescindível para um melhor funcionamento do Centro de Operações Policiais Especiais – COPE, em Aracaju/SE e consequente para melhoria dos serviços da Segurança Pública de Sergipe.

Além do mais, a contratação decorre da necessidade de darmos continuidade a Reforma e Ampliação Centro de Operações Policiais Especiais – COPE, Aracaju/SE, em virtude da Rescisão Contratual, com a empresa Ação Engenharia Ltda, por conveniência Administração Pública, de acordo com os fatos narrados no processo de Rescisão Contratual nº 1218/2025.

A opção para a realização de novo certame mostrou-se evidente de acordo com as Justificativas da Diretoria de Engenharia e Arquitetura da SSP/SE, constantes no processo de Rescisão Contratual referenciado, especialmente pela necessidade de revisão de todos os projetos da obra, sendo verificado que muitos itens não foram previstos na planilha orçamentária, além de outras necessidades fundamentais para o bom funcionamento do Centro de Operações Especiais-COPE.

Diante dessa situação chamar o licitante remanescente não seria conveniente para o interesse Público, visto que haveria a necessidade de Aditivos complementares o que poderia alterar o objeto contratado, devido as várias alterações que serão necessárias, bem como pela limitação imposta pela Lei.

Desta forma, constatou-se a necessidade de abertura de novo procedimento licitatório, com base na Lei 14.133/2021, com vistas à contratação de nova empresa para a continuidade e conclusão integral da obra, com o objetivo de disponibilizar a Unidade Policial com condições dignas e satisfatórias para o atendimento das ocorrências Policiais e para a prestação de serviço de qualidade a população do Estado de Sergipe.

A SSP em parceria com a Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas – CEHOP, realizará o processo licitatório para contratação, acompanhamento e execução da obra de Reforma e Ampliação do Centro de Operações Policiais Especiais – COPE, em Aracaju/SE.

#### **4 – ESCOLHA DA PROPOSTA E REGIME DE EXECUÇÃO.**

O critério para a escolha da proposta será o de MENOR PREÇO, conforme art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo que os serviços obedecerão ao REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO na forma de EXECUÇÃO INDIRETA, conforme art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

#### **5 – DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO.**

A modalidade adequada para a contratação será a Concorrência, de acordo com a previsão contida no art. 28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, devendo os licitantes preencherem os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

#### **6 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**



## **GOVERNO DE SERGIPE**

### **Secretaria de Estado da Segurança Pública**

Para fase de habilitação da licitante, deverá ser verificada a regularidade da empresa licitante, conforme determina o art. 62, da Lei nº 14.133/2021, solicitando os seguintes documentos, relativos a:

#### **6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

6.1.1. Cédula de identidade;

6.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **5.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

5.2.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF).

5.2.2. Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abranja inclusive as contribuições previdenciárias;

5.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

5.2.4. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa (CNDT), para comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

5.2.5. Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa emitida pelo Estado relativa ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos Débitos Estaduais, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Estadual;

5.2.6. Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa emitido pelo Município relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente ao Imposto Sobre os Serviços de Qualquer Natureza e sua respectiva Dívida Ativa, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Municipal.

#### **5.2.7. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:**

5.2.7.1. Declaração de Inexistência de Empregados Menores, conforme Anexo XIII.

#### **5.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**Secretaria de Estado da Segurança Pública**

5.3.1. Certidão de registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e/ou Órgão Fiscalizador Competente no Estado de sua sede ou do seu domicílio.

5.3.2. Declaração emitida pela própria Licitante de que visitou o local de execução da obra e de recebimentos dos documentos atinentes a Dispensa.

5.3.2.1. A empresa que optar por não realizar a visita técnica deverá, obrigatoriamente, apresentar junto à sua documentação de habilitação uma declaração de conhecimento prévio da área de implantação do empreendimento, podendo, referida declaração, ser firmada de acordo com o Instrumento Convocatório. Dessa forma, caso venha a ser vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

#### **5.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

5.4.1. Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, vigente, no mínimo, até a *data do recebimento da Proposta Financeira e Documentos de Habilitação*;

##### **NOTAS EXPLICATIVAS:**

a) Os documentos de habilitação terão como jurisdição a sede (matriz) da empresa, quando esta for a proponente no processo licitatório.

b) Quando a filial da empresa for a proponente no processo licitatório, os documentos de habilitação unificados terão como jurisdição a sede (matriz), e os documentos de habilitação não unificados terão como jurisdição o domicílio da filial.

c) Os prazos de validade dos documentos apresentados na habilitação serão os neles inseridos.

d) Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no original, que ficará retido nos autos, ou em cópia autenticada por cartório competente, ou conferida por servidor (empregado) do FUNESP, neste caso os originais terão que ser apresentados até o segundo dia útil anterior do recebimento da Proposta Financeira e Documentos de Habilitação.

#### **5.5 – DECLARAÇÕES**

5.5.1 - Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação.

5.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.5.4 O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e deverá ser assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei.

#### **6 – DO LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A execução do objeto, item 2 deste PROJETO BÁSICO, demonstrado através das planilhas, cronograma e projetos em anexo, deverão ser executados no Centro Administrativo Governador Augusto Franco, Rua 15, n.171, Bairro Capucho, Aracaju/SE. CEP: 49081-000.



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**Secretaria de Estado da Segurança Pública**

## **7 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

7.1. Os Recursos Orçamentários para o pagamento da execução dos Serviços/Obras objeto deste Termo de Referência, quando ordenados, serão oriundos da Fonte de Recurso Federal, a Despesa será consignada à seguinte Classificação Orçamentária: 224011.06.181.0010; Projeto/Atividade: 0391 e Elemento de Despesa: 4.4.90.51 e Fonte de Recursos 1713.

## **8 – DO VALOR ORÇADO**

8.1. O Valor Orçado do FUNESP, para efeito de avaliação da exequibilidade da proposta, inclusos os custos indiretos é de R\$ 4.324.220,87 (quatro milhões, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte reais e oitenta e sete centavos), tendo como referência o mês abril 2025, valor este que se estabelece como condição para a desclassificação das propostas cujo valor global venha a ser a ele superior.

8.2. O Valor de Custo do FUNESP para efeito da comprovação do Capital Social é de R\$ 3.500.242,20 (quatro milhões, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte reais e oitenta e sete centavos).

## **9 – DO PRAZO DOS SERVIÇOS/OBRAS**

9.1. Os Serviços deverão ser executados e concluídos no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, de acordo com o cronograma físico-financeiro, incluído neste mesmo prazo, a mobilização. O prazo se inicia a partir da expedição da Ordem de Serviços e Mobilização emitida pela Diretoria competente do FUNESP, e consequentemente ciência da CONTRATADA.

9.2. O prazo de vigência do contrato será de 14 (quatorze) meses, contados a partir da sua assinatura.

9.3. Os eventuais períodos de paralisação dos Serviços/Obras serão autorizados pelo **FUNESP**, devidamente justificados, e o cronograma físico-financeiro ajustado aos dias de efetiva realização dos serviços.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além de outras responsabilidades definidas neste contrato, a CONTRATADA obrigar-se a:

12.1. Após assinado o contrato de empreitada, anotá-lo no CREA/SE, conforme determina a Lei nº 5.194 de 24/12/66, e Resolução nº 307, de 28/02/86, do CONFEA.

12.2. Compete à CONTRATADA, antes de iniciar os serviços, fazer minucioso exame das especificações de modo a poder, em tempo hábil e por escrito, apresentar aos componentes da equipe de fiscalização, todas as dúvidas porventura encontradas para devido esclarecimento e aprovação.

12.3. Apresentar à FISCALIZAÇÃO todos os materiais a serem empregados na obra em suas embalagens originais para que os mesmos possam ser aprovados antes da sua utilização.

12.4. Empregar materiais de acordo com as especificações técnicas e as indicações de projeto – respeitadas as marcas, tipos, modelos, cores, dimensões, etc. – independente de consulta. Sua substituição por similares deverá ser previamente aprovada através de consulta feita por escrito e encaminhada à FISCALIZAÇÃO; obrigando-se a CONTRATADA a demonstrar a similaridade do



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**Secretaria de Estado da Segurança Pública**

material ou equipamento proposto mediante a apresentação de laudos comprobatórios ou testes de ensaio, de institutos idôneos e reconhecidos.

12.5. Assumir total e integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes de realização destes trabalhos, sob critério da Lei 14.133/2021.

12.6. Prestar à obra toda assistência técnica e administrativa necessária, adquirindo e mantendo durante a execução dos serviços todo pessoal especializado e materiais necessários a uma execução perfeita e dentro dos prazos estabelecidos, além de equipamentos destinados a atendimento de emergência, incluindo os de proteção contra incêndio e acidente de trabalho – EPI e EPC.

12.7. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO, facultando seu acesso a qualquer parte da obra para inspeção de serviços e materiais, inclusive locais fora do canteiro como depósitos ou oficinas, onde estejam armazenados ou em fabricação, matérias para empregos da obra.

12.8. Responsabilizar-se:

- Pelas instalações de água, esgoto, luz, força e telefone.
- Pelo transporte de operários, equipamentos e materiais, dentro e fora do canteiro de obras.
- Pela manutenção do canteiro permanentemente em condições de higiene.
- Pela sinalização de segurança e circulação.
- Por qualquer acidente ocasionado em decorrência da obra, tanto ao pessoal a ela diretamente ligado, bem como a terceiros, ainda que ocorridos em via pública.

12.9. Comunicar a administração, por escrito e no prazo de 48 horas, quaisquer alterações e acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, a CONTRATADA de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do presente, total ou parcialmente, por motivo superveniente.

12.10. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes às obrigações fiscal, social, tributária e ainda por todos os danos e prejuízos que a, qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, responder por si.

12.11. Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à CONTRATANTE comprovante de quitação com os órgãos competentes.

12.12. Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do contrato.

12.13. Assumir inteira responsabilidade pelos danos que seus empregados causarem à CONTRATANTE durante a execução do contrato, hipótese em que fará a reparação devida, com o necessário ressarcimento em dinheiro, no prazo improrrogável de 30 dias, independentemente de avisos ou interpelação judicial.





## GOVERNO DE SERGIPE

### Secretaria de Estado da Segurança Pública

12.14. Responsabilizar-se, ao seu ônus, pela aprovação/autorização dos projetos junto aos órgãos reguladores/fiscalizadores/concessionários, além de providenciar todas as licenças e franquias previstas em lei necessárias à execução dos serviços contratados, incluindo os pagamentos exigidos e observando as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e segurança pública.

12.15. A contratada concede livre acesso aos documentos administrativos, aos registros contábeis e informações bancárias da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo do Estado de Sergipe. (nos termos do artigo 24 da Instrução Normativa nº 006, de 10/12/2008)

### 13 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante obriga-se, nos seguintes termos:

13.1. Caberá à contratante fornecer as informações necessárias para a realização dos trabalhos.

13.2. O fiel cumprimento das obrigações pactuadas no CONTRATO, como também o fiel pagamento das parcelas devidas.

13.3. Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da execução do presente objeto.

13.4. A preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Sergipe.

### 14. DAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. A **CONTRATADA** cometerá infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021 e do artigo 212 do Decreto Estadual nº 342/2023, se:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

### 15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.2. Pelo cometimento das infrações descritas no item 12.1, o **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, bem como observados os termos e procedimentos dos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e dos artigos 212 a 247 do Decreto Estadual nº 342/2023:



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**Secretaria de Estado da Segurança Pública**

I – Advertência, exclusivamente pela infração prevista na alínea “a” do item 12.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II – Multa, observados os seguintes limites máximos:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras ou serviços de engenharia não cumprido;

b) 15 % (quinze por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com a consequente rescisão contratual;

III – Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de Sergipe, pelo prazo de até 3 (três) anos, pelas infrações previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 12.1.;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, pelas infrações previstas nas alíneas, “e”, “f”, “g” e “h” do 12.1.

## **16 – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

O inadimplemento por parte da empresa vencedora deste certame de quaisquer das cláusulas do contrato, inexecução e/ou disposições deste projeto básico, implicará sua rescisão, conforme os arts. 137 a 139 da Lei 14.133/2021, além da aplicação das penalidades descritas no item 14.

## **17 – RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

17.1. O recebimento do objeto será realizado em duas fases, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/21, conforme abaixo:

17.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização especialmente designado, através de termo circunstanciado, assinado pelas partes, mediante prévia conferência dos serviços, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação da contratada, observado o cronograma físico-financeiro apresentado.

17.1.2. Definitivamente, em até 60 (sessenta) dias contados da data da comunicação pela contratada que os serviços estão aptos ao recebimento definitivo, caracterizado após a análise de comissão especialmente designada, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, depois da Conferência de adequação dos serviços aos termos contratuais;

17.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

17.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

17.4. A contratante aceitará os serviços conformes ou, no caso de verificar eventuais pendências, elaborará relatório circunstanciado e notificará a contratada para solucionar as pendências no prazo estabelecido, sem prejuízo das demais ações.





**GOVERNO DE SERGIPE**  
**Secretaria de Estado da Segurança Pública**

17.5. A justificativa acerca de serviços incompletos ou desconforme será avaliada pela contratante para aferição de eventual infração contratual.

17.6. Os serviços serão atestados em conformidade com o cronograma físico-financeiro, após o cumprimento das exigências da respectiva etapa.

17.7. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/21.

17.8. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante.

17.9. A contratante poderá efetuar glosas legais e por inexecução, sem prejuízo da aplicação de sanções.

## **18 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

18.1 – O pagamento será efetuado, mensalmente, mediante entrega dos SERVIÇOS, no prazo de até 30 (trinta) dias da apresentação, no protocolo do órgão interessado, da documentação hábil à quitação: (I) nota fiscal; (II) planilha dos serviços realizados; (III) certidão de regularidade fiscal, social e trabalhista com a fazenda do Estado de Sergipe (Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abranja inclusive as contribuições previdenciárias; Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA; Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa (CNDT), para comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa emitida pelo Estado relativa ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos Débitos Estaduais, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Estadual; Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa emitido pelo Município relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente ao Imposto Sobre os Serviços de Qualquer Natureza e sua respectiva Dívida Ativa, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Municipal).

18.2 – O pagamento só será efetuado após a verificação da regularidade fiscal, social e trabalhista da empresa, ficando a contratada ciente de que deverá apresentar todas as certidões negativas.

18.3 – Nenhum pagamento será efetuado a empresa vencedora do processo licitatório, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

18.4 – Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

## **19 – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

19.1. A fiscalização de todas as fases dos serviços será feita por Engenheiro designado pela CEHOP.

19.2. Caberá à CONTRATADA o fornecimento e manutenção de um DIÁRIO DE OBRA, permanentemente disponível para lançamento nos locais dos serviços, sendo que, a sua manutenção, aquisição e guarda, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a qual deverá entregar, diariamente, cópia do Diário de Obra ao Engenheiro Fiscal ou Empresa responsável pela Fiscalização, designada pelo FUNESP.



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**Secretaria de Estado da Segurança Pública**

19.3. As observações, dúvidas e questionamentos técnicos que porventura surgirem sobre a realização dos trabalhos da CONTRATADA, deverão ser anotados e assinados pela Fiscalização no Diário de Obra e aquela se obriga a dar ciência dessas anotações no próprio Livro, através de assinatura de seu Engenheiro.

19.4. Além das anotações obrigatórias sobre os serviços em andamento e os programados, a CONTRATADA deverá recorrer ao Diário de Obras, sempre que surgirem quaisquer imprevistos, alterações técnicas ou serviços imprevistos decorrentes de acidentes, ou condições especiais. Neste caso também é imprescindível a assinatura de ambas as partes no livro, como formalidade de sua concordância ou discordância técnica com o fato relatado.

19.5. Serão obrigatoriamente registrados nos Diários de Obra:

**19.5.1. PELA CONTRATADA:**

19.5.1.1. As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;

19.5.1.2. As falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas à sua ingerência;

19.5.1.3. As consultas à fiscalização;

19.5.1.4. As datas de conclusão de etapas caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;

19.5.1.5. Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;

19.5.1.6. As respostas às interpelações da fiscalização;

19.5.1.7. A eventual escassez de material que resulte em dificuldades para os serviços;

19.5.1.8. Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devem ser objeto de registro.

**19.5.2. PELA FISCALIZAÇÃO:**

19.5.2.1. Atestado da veracidade dos registros previstos nos subitens 19.5.1.1. a 20.5.1.8 anteriores;

19.5.2.2. Juízo formado sobre o andamento do serviço, tendo em vista as especificações, prazos e cronogramas;

19.5.2.3. Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA no Diário de Ocorrência;

19.5.2.4. Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea par a autoridade superior;

19.5.2.5. Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA;

19.5.2.6. Determinação de providências para o cumprimento das especificações;

19.5.2.7. Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho de fiscalização.

**20 – DAS SUBCONTRAÇÃO**



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**Secretaria de Estado da Segurança Pública**

20.1. Nos termos do artigo 122 da Lei nº 14.133/2021, a critério exclusivo e mediante autorização expressa do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30%, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

**21 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

21.1. Para a execução deste Contrato o FUNESP, designará, por ato da Diretoria a que se vincula este Contrato, um Engenheiro como seu representante, com a competência de Gestor de Contrato do FUNESP, que dentre outras atribuições anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços objeto deste Contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.

21.2. Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência prevista no ato de designação, deverá o Gestor de Contrato do **Fundo Especial para Segurança Pública - FUNESP** solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes.

21.3. Demais condições serão estabelecidas no Edital de Licitação.

**22 – DOS ANEXOS**

ART/ RRT do Projeto, Estudos Preliminares, Memoriais Descritivos, Especificações Técnicas, Orçamento Descritivo, Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, Cronograma, Composições, BDI, Cotações, Relatório Fotográfico, Projetos e Plantas.

**23 – DO FORO CONTRATUAL**

23.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, com exclusão de quaisquer outros por mais privilegiados que sejam para dirimir as dúvidas e/ou conflitos oriundos de sua execução.

Aracaju, 29 de julho de 2025.

---

WAGNER DARY DA SILVA  
Gerente de Projetos da DEARQ  
Eng.<sup>a</sup> Civil – CREA nº 270771497-6